



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC
que reduz salários | 1

Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC que reduz salários

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), promete retomar a ofensiva contra o funcionalismo público tão logo sejam retomados os trabalhos legislativos, na próxima semana. Em evento realizado pelo jornal 'O Estado de S.Paulo' nesta quinta-feira (30 de janeiro), Maia cobrou que o governo envie logo ao Congresso Nacional o projeto da 'reforma' administrativa - que pretende extinguir a estabilidade no serviço público, reduzir carreiras e salários. "Eu não tenho como avançar na 'reforma' administrativa sem que o governo me encaminhe a sua proposta", afirmou o deputado.

No mesmo evento, o ministro Paulo Guedes (Economia) anunciou que pretende enviar o novo pacote de propostas de emendas constitucionais, projetos de leis e decretos ao Congresso em, no máximo, duas semanas. O secretário especial de Fazenda do Ministério, Waldery Rodrigues, já tinha afirmado que o Planalto pretende ver as medidas previstas no chamado plano 'Mais Brasil' aprovadas até o final deste semestre, para, quem sabe, ter a reestruturação da administração pública votada antes do recesso informal no parlamento federal durante o período das eleições municipais deste ano.



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC que reduz salários | 2

O chamado plano 'Mais Brasil' - composto pelas propostas de emendas constitucionais 186, 187 e 188 e a medida provisória 905 -, se for aprovado no Congresso Nacional, vai reduzir os salários dos servidores públicos em até 25%, proibir concursos públicos, promoções e progressões nas carreiras do funcionalismo e permitir contratações no setor privado completamente à revelia da legislação trabalhista. Além de suspender até mesmo a obrigação determinada na emenda constitucional 95 (do teto de gastos) de atualizar anualmente o limite de investimentos sociais da União pelo IPCA, sobre o orçamento executado em 2017.

Plano 'Mais Brasil'

(PECs 186, 187 e 188)



- Torna permanente o teto de gastos e estende a municípios todo o teto de gastos (Emenda 95)**
 - Torna a aplicação do teto de gastos obrigatória "regra de ouro" - obrigando ao prévio e pagamento de juros da dívida pública e impedir que o estado se endivide em pessoal superior ao que se tem;
 - Não pagamento de abito integral de tempo em caso;
 - Suspensão o reajuste de todo o gastos pelo IPCA, caso seja mantida a "regra de ouro";
 - Suspensão automaticamente aumento de salários com pessoal em desobediência a "regra de ouro" (veda a criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; contratação, com ou sem, progressão e promoção funcional);
 - Autoriza os poderes e órgãos da União, por ato normativo, a realizar temporariamente em até 10% o corte e a redução dos servidores e a suspensão dos limites de gastos com pessoal em desobediência ao teto de gastos;
 - Estende o teto de gastos para os estados federativos e desobedece às áreas sociais entre de R\$ 200 bilhões, e além disso para o setor da dívida pública;
 - Criação de municípios de acordo com o novo federativo e privacidade, a redução do pessoal das entidades e a desobediência, desobediência e desobediência (10%);
 - Estende o teto de gastos para os municípios e reduz o salário a 95% de gastos;
 - Reduz o pessoal que ultrapassa o limite de pessoal em municípios quando houver déficit orçamentário;

Sistema administrativo

- Não são feitas progressões quando não há vaga disponível, apesar de ser de estabilidade de carreira, em decorrência da criação e extinção dos cargos de ingresso. Mantém as regras de acesso e acesso ao Legislativo;

MP 905 (Carreira Vinte e Anos)

- Fica a contratação de pessoal de 35 e 25 anos por concurso, em caráter de exceção, por ato discricionário - suspensão de regras de contratação pessoal para a Previdência;
- Fica reduzida a alíquota do IPTU para de 1% para 0,5% e a taxa de transmissão de 4% para 3%;
- Cria o imposto de transmissão sobre o regime de emprego de 1,2% a 0,1%;



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC
que reduz salários | 3

O objetivo do pacote é aumentar a destinação estatal ao pagamento dos juros e serviços da dívida pública.

A tramitação do 'Mais Brasil' iniciou pelo Senado, em novembro ([leia aqui a análise feita pelo advogado do Sintrajud, César Lignelli dos impactos para os servidores do Judiciário e demais setores](#)).

Governo e aliados querem fazer em paralelo o debate da 'reforma' administrativa na Câmara, para atacar de uma só vez os atuais servidores públicos ativos e aposentados e já introduzir na Constituição patamares ainda mais rebaixados de exercício das funções na administração pública para os futuros ingressantes: incluindo o fim da estabilidade.

Maia já prometeu acelerar na Casa que comanda a tramitação da PEC 186, apensando-a à proposta de emenda constitucional 438/2018 - cujos prazos legislativos já estão correndo desde dezembro do ano passado. A manobra também é apontada por especialistas como inconstitucional.

Pacto dos três poderes exige reforço da mobilização

Rodrigo Maia falou ainda abertamente que pretende blindar as medidas que venham a ser aprovadas no parlamento de possíveis declarações de inconstitucionalidade ou derrotas judiciais. Resgatando a ideia do ['pacto dos três poderes' lançada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli em março do ano passado](#), Maia falou que busca o compromisso da cúpula do Poder Judiciário com as 'reformas'.

"Nós vamos ter que tentar convencer o Supremo de que ele deve participar em conjunto conosco da reforma administrativa, que [ela] seja dos três Poderes. Mas a gente precisa que isso fique claro. Porque depois alguém pode entrar com uma ação no Supremo e dizer que a parte do Judiciário é inconstitucional. Por que a gente não conseguiu ainda avançar com a 'reforma' administrativa? Porque há essa compreensão, há o interesse do governo de enviar [uma proposta formatada pelo Executivo, que vá além dos projetos que já tramitam no parlamento] e a gente está esperando o envio da proposta. Até porque a gente precisa compreender de que forma o governo vai organizar a administração pública da União", afirmou Maia.

O presidente da Câmara referia-se, indiretamente, às ações declaratórias de



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC
que reduz salários | 4

inconstitucionalidade (ADIs) movidas no STF por entidades da magistratura, defensores públicos e procuradores contra os efeitos da 'reforma' da Previdência. O [Sintrajud pediu ingresso como *amicus curiae* nas quatro ADIs já em tramitação no Supremo](#) para derrubar os ataques da emenda constitucional 103.

Preparar o dia 18 de março: greve nacional do funcionalismo

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Fabiano dos Santos, "a disposição do governo e do Congresso de promover ataques aos serviços públicos vai exigir uma mobilização muito maior do que foi a contra a 'reforma' da Previdência. Eles na verdade estão mirando todos os direitos e os serviços públicos, mas para convencer a população da sua política, atiram primeiro contra nós, servidores. Precisamos de uma verdadeira greve geral para dialogar com a população sobre esse projeto. E essa é a disposição do Sintrajud na construção do dia 18 de março e nas atividades unificadas que antecedem essa data", afirma o servidor do TRT-2.

Na próxima segunda-feira (3 de fevereiro), quando acontece a abertura do ano legislativo no Congresso Nacional. O Sintrajud participa do ato convocado pelas centrais sindicais na Avenida Paulista (concentração às 11 horas, no vão do Masp) contra o desemprego e as medidas encaminhadas pelo governo Bolsonaro ao parlamento no final do ano passado.

[No dia 8 de fevereiro, às 14 horas, no sindicato](#), acontece a assembleia estadual que vai organizar o calendário de mobilização da categoria para preparar a greve nacional de 18 de março - data também aprovada pelo conjunto das centrais sindicais e entidades do funcionalismo em todo o país. Às 9 horas do mesmo dia, também no sindicato, o Fórum dos Trabalhadores do Setor Público realiza uma plenária de mobilização. E no dia 12 o Sindicato estará representado na primeira manifestação nacional dos servidores públicos e categorias do setor privado contra o 'pacote de maldades do governo Bolsonaro', no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados."



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC que reduz salários | 5



O Sindicato e servidores da categoria também participaram da manifestação do Dia Nacional dos Aposentados, no último 24 de janeiro (*foto à esquerda*).

Assista à fala de Rodrigo Maia

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC que reduz salários | 6



'Reforma' administrativa: Maia pede ao STF que negue suspender tramitação da PEC 32



PEC 32: Plenária nacional no dia 24 reúne servidores e trabalhadores de estatais para traçar luta comum



SINTRAJUD SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

Governo e presidente da Câmara tentam acelerar tramitação da PEC
que reduz salários | 7



Baixada tem assembleia regional nesta terça, 20, às 19h